

# A Qualidade na Educação Pública Infantil Brasileira: um Estudo de Caso em uma Cidade do Vale do Paraíba Paulista

## Quality in Brazilian Children's Public Education: a Case Study in a Paulista Paraíba Valley City

Pétala Gonçalves Lacerda<sup>a\*</sup>; Edna Maria Querido de Oliveira Chamon<sup>a</sup>; Nilsen Aparecida Vieira Marcondes<sup>b</sup>

<sup>a</sup>Universidade de Taubaté, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Humano. SP, Brasil.

<sup>b</sup>Prefeitura Municipal de São José dos Campos. SP, Brasil.

\*E-mail: [petala.lacerda@gmail.com](mailto:petala.lacerda@gmail.com)

---

### Resumo

Considera-se relevante a reflexão sobre a qualidade da Educação Infantil brasileira, porque se constata que a ampliação da oferta na faixa etária, de zero a cinco anos, aconteceu em detrimento da atenção às condições de funcionamento das instituições infantis. Referenciada como uma das etapas da Educação Básica, a Educação Infantil não esteve entre as prioridades educacionais durante praticamente todo o século XX. Somente a partir de 1990 se intensificaram os debates sobre o assunto e, assim, a educação da primeira infância passou a fazer parte das políticas públicas educacionais. Diante disso, objetiva-se com este estudo básico, qualitativo e descritivo, caracterizado como estudo de caso, refletir sobre a qualidade na educação pública infantil brasileira em âmbito municipal. Conclui-se, portanto que a qualidade na educação pública infantil brasileira poderá se estabelecer em âmbito nacional por meio de Políticas Educacionais Municipais, ou seja, em cada Rede Municipal ou Sistema de Ensino que, ao se fortalecer desenvolverá a educação como um todo.

**Palavras-chave:** Educação Pública Infantil. Experiência Municipal. Vale do Paraíba Paulista.

### Abstract

*It is considered relevant reflection on the quality of Brazilian early childhood education because it turns out that the expansion of supply in the age group from zero to five years, took place at the expense of attention to the working conditions of children's institutions. Referenced as one of the stages of basic education, early childhood education was not among educational priorities during the entire twentieth century. Only since 1990 discussions have been intensified on the subject, and so the early childhood education became part of the public educational policies. Therefore, the objective of this basic study, qualitative and descriptive, characterized as a case study, is reflect on the quality of Brazilian children's public education at the local level. It follows therefore that the quality of Brazilian children's public education may be provided at the national level through Municipal Educational Policy, that is in each municipal network or education system that, upon strengthening will develop education as a whole.*

**Keywords:** *Children's Public Education. Municipal Experience. Paulista Paraíba Valley.*

---

## 1 Introdução

Considera-se relevante a reflexão sobre a qualidade da Educação Infantil brasileira, porque se constata que a ampliação da oferta na faixa etária, de zero a cinco anos, aconteceu em detrimento da atenção às condições de funcionamento das instituições infantis. Referenciada como uma das etapas da Educação Básica, a Educação Infantil não esteve entre as prioridades educacionais durante praticamente todo o século XX. Somente a partir de 1990 se intensificaram os debates sobre o assunto e, assim, a educação da primeira infância passa a fazer parte das políticas públicas educacionais.

Tendo em vista que o conceito de qualidade possui caráter dinâmico e múltiplas perspectivas, os estudos atinentes à qualidade devem ser contextualizados o que justifica a escolha de uma cidade do Vale do Paraíba Paulista para elucidar a reflexões aqui apresentadas, pois um fator relevante a se considerar é a especificidade, ou seja, os critérios e características de cada instituição, considerando o contexto, a cultura e o processo inerente a cada situação (ZABALZA,

1998).

Popp (2015) aborda a questão enfatizando que em um estudo sobre qualidade pode haver dois enfoques: um voltado para a avaliação do desenvolvimento da criança e outro voltado para o processo educacional. A autora propõe que, tendo o conceito de qualidade características voltadas para critérios, atributos e perspectivas se trata de uma avaliação que deve levar em consideração questões sociais, culturais e que dependem dos envolvidos no processo, além de ser influenciado pelo espaço e pelo tempo.

Diante disso, objetiva-se com este estudo básico, qualitativo e descritivo, caracterizado como estudo de caso, refletir sobre a qualidade na educação pública infantil brasileira em âmbito municipal.

## 2 Material e Métodos

Este estudo se classifica do ponto de vista da natureza como básico, porque se buscou, conforme defendem Silva e Menezes (2005), gerar conhecimentos os quais pudessem

ser úteis aos interessados que reconhecem a importância do debate em torno da qualidade na educação pública infantil brasileira. Quanto à forma de abordagem do assunto, o estudo se caracteriza como qualitativo. “A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa que não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave” (MORESI, 2003, p.8-9). Do ponto de vista dos objetivos, este estudo de caso se caracteriza como descritivo porque expõe, apresenta, analisa e descreve uma experiência municipal de uma cidade do Vale do Paraíba Paulista.

O estudo em questão se inseriu em uma instância institucional da Rede Municipal de uma cidade do Vale do Paraíba no Estado de São Paulo. Para tanto, utilizou-se do conceito de qualidade na educação na perspectiva de avaliação do processo educativo, por meio da proposta autoavaliativa do Ministério da Educação, denominada de Indicadores de Qualidade da Educação (INDIQUE).

O critério para escolha do município ocorreu pela sua representatividade e essa representatividade se desdobra em três realidades a serem consideradas: a primeira delas se deve pelo fato da classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considerar o município como de grande porte; segundo, em decorrência do município possuir um número expressivo de Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI); e terceiro pelo fato da educação na faixa etária entre quatro meses e cinco anos ser ofertada majoritariamente pela municipalidade.

Outro critério para escolha do município se deve a sua longa historicidade local, quando comparado com outros de mesmo porte na Região do Vale do Paraíba Paulista, e isso tanto no que se refere à fundação do aglomerado urbano quanto da municipalização do ensino. O município escolhido para a realização desta pesquisa foi fundado em meados de 1640, constituindo-se como o primeiro núcleo de povoamento oficial a ser formado no Vale do Paraíba – Paulista (ANDRADE; ABREU, 1996).

Acrescenta-se também como critério o fato dessa historicidade da municipalização do ensino ter sido acompanhada pela vertente do assistencialismo, principalmente, na prestação dos serviços educacionais voltados ao público infantil (TAUBATÉ, 2015).

Por fim, porém não menos importante, destaca-se ainda como critério de escolha do município o fato do mesmo ter ampliado recentemente sua Rede Municipal de Educação Infantil como resposta a demanda crescente e emergente. Com isso, houve democratização e pulverização do atendimento, uma vez que as inaugurações das EMEIs foram realizadas em bairros distintos, tanto centrais quanto periféricos, contemplando assim diversas realidades socioeconômicas e culturais.

### 3 Resultados e Discussão

#### 3.1 Breve trajetória da Secretaria Municipal de Educação da cidade pesquisada

A seguir se apresenta a trajetória da Secretaria Municipal de Educação na busca da qualidade na Educação Infantil na cidade pesquisada, expondo o contexto educacional de 2013, ano em que foram implementadas as ações de uma política pública voltada para a construção da qualidade educacional. Desta forma, tornou-se urgente repensar as práticas educacionais existentes e propor ações, que culminassem na aplicação do INDIQUE.

A partir do ano de 2013, a Secretaria Municipal de Educação da cidade pesquisada intensificou e aprimorou suas ações na busca por uma Educação Infantil de qualidade. Assim, compreender a realidade na qual se encontrava a Rede Municipal e contextualizar a Educação Infantil se faz necessário. Para isso, apresenta-se na sequência como a educação para a primeira infância se originou e se organizou, e após contextualiza-se o ano de 2013.

#### 3.2 O percurso da Educação Infantil na Rede Municipal: origem e organização

Em 15 de julho de 2016 foi promulgada a Lei Municipal Complementar nº 392, que institui o Plano Municipal de Educação 2015-2025 (PME). Com vigência de dez anos, o Plano estabelece diretrizes, metas e estratégias de concretização no campo da Educação Municipal (TAUBATÉ, 2016). Conforme dados do recente Plano Municipal de Educação, datado de junho de 2015, a Educação Infantil apresentou um percurso lento e com uma vertente eminentemente assistencialista (TAUBATÉ, 2015).

Na década de 1980, as escolas de Educação Infantil eram conhecidas como Jardins de Infância e destinadas às crianças de cinco e seis anos de idade. Essas unidades escolares funcionavam em espaços diversificados, sendo prédios alugados ou pertencentes ao município, ou ainda salões de centros comunitários.

A característica marcante de todos esses espaços é que não tiveram suas construções destinadas ao funcionamento da Educação Infantil. Tratava-se de locais adaptados e que atendiam minimamente as crianças. O mesmo se verificava com relação aos mobiliários. Os profissionais que atuavam na Educação Infantil, denominadas neste período como creches, eram estagiários de pedagogia e cuidadores. Na época, apenas algumas diretoras possuíam formação docente em nível de segundo grau, o antigo magistério. Os convênios que atualmente existem entre a Prefeitura e as Instituições confessionais datam deste período, sendo que o processo destas parcerias com o município ocorreu pelo motivo destas Instituições já realizarem estes atendimentos.

Algumas características do período retratam que: alimentação escolar, denominada apenas de merenda, era oferecida diariamente pela Cozinha Piloto do município;

as crianças trajavam um uniforme composto por camiseta vermelha, shorts azul marinho, tênis azul e sacolinha de tecido; e o período de permanência na pré-escola era parcial (TAUBATÉ, 2015).

No final da década de 1980, mais especificamente com a Constituição de 1988, o município passa a construir os primeiros equipamentos escolares voltados à Educação Infantil para os quais são atribuídas a nomenclatura de creches municipais. A partir dessas construções, o atendimento se amplia e em consonância com a Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o atendimento passa a focar também crianças de três anos de idade (BRASIL, 1996).

No ano de 2007 foi sancionada e promulgada pelo Prefeito Municipal da cidade pesquisada a Lei Complementar nº 180, datada de 21 de dezembro do ano supracitado, a qual dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município. Esta Lei foi formulada para atender a LDB que, em seu artigo 67, determinou que os municípios organizassem as normas reguladoras do quadro do magistério com a administração pública municipal (TAUBATÉ, 2007).

Esta Lei Complementar trouxe para a Educação Infantil Municipal uma nova configuração pedagógico-administrativa. Com isso, este segmento da Educação passa a ser contemplado por um quadro de profissionais, cujos salários se equiparam aos demais professores da Rede Municipal (TAUBATÉ, 2015).

### 3.3 A constatação de uma realidade e a implementação da Política de Educação de Qualidade no ano de 2013

A inclusão de crianças na Educação Infantil tem ocupado lugar especial no município pesquisado. A execução de um currículo focado no desenvolvimento humano desta criança, na alfabetização e no letramento não se constitui como processo simples. Não obstante, quando se pode contar com um gestor municipal e uma equipe profissional comprometida com o direito de acesso desta criança aos espaços e aos bens facultados pela ambiência educacional, todo empenho vale a pena.

Foi este entendimento que mobilizou a Secretaria Municipal de Educação do município pesquisado em focar a qualidade nesta essencial prestação de serviços à sociedade. Realizando uma análise comparativa sobre a quantidade de crianças matriculadas na Educação Infantil no cenário nacional se verifica, conforme ilustrado no Quadro 1, que no período de 2000 a 2013 este número cresceu, consideravelmente, quando se refere à inclusão em creches por exemplo.

**Quadro 1** - Número total no Brasil de crianças inseridas na Educação Infantil por etapa (creche e pré-escola) nos anos 2000 a 2013.

Matrícula na Educação Infantil por etapa no Brasil no período de 2000 a 2013			
Ano	Total	Matrícula Inicial	
		Educação Infantil	
		Creche	Pré-Escola
2000	5.338.196	916.864	4.421.332
2002	6.130.358	1.152.511	4.977.847
2004	6.903.762	1.348.237	5.555.525
2006	7.016.095	1.427.942	5.588.153
2008	6.719.261	1.751.736	4.967.525
2009	6.762.631	1.896.363	4.866.268
2010	6.756.698	2.064.653	4.692.045
2011	6.980.052	2.298.707	4.681.345
2012	7.295.512	2.540.791	4.754.721
2013	7.590.600	2.730.119	4.860.481

Fonte: Baseado em IBGE (2013).

Reportando-se agora ao cenário nacional para o município pesquisado, percebe-se que no ano de 2013, por exemplo, conforme ilustrado no Quadro 2, quantitativamente, o número de crianças inseridas na Educação Infantil com especial destaque para aquelas, cujo acesso se faz pela municipalidade, é muito expressivo e superior em quantidade, quando comparado com o número daquelas cuja porta de admissão se fez pela rede privada. Evidencia a crescente inserção destas crianças nas unidades educacionais, que compõem a Rede Municipal, mantendo-se ainda em grau elevado quando comparada com as outras instâncias disponibilizadoras de acesso à Educação Infantil.

**Quadro 2** - Número total de crianças inseridas na Educação Infantil no ano de 2013 pela via estadual, municipal e privada.

Ano 2013			
Município	Dependência	Matrícula Inicial	
		Educação Infantil	
		Creche	Pré-Escola
Taubaté	Estadual	0	0
	Municipal	3113	5530
	Privada	1914	2068
	Total	5027	7598

Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda na sequência, o Quadro 3 consagra este compromisso municipal com o acesso à Educação Infantil.

**Quadro 3** - Número total de crianças inseridas na Educação Infantil no ano de 2014 pela via estadual, municipal e privada.

Ano 2014			
Município	Dependência	Matrícula Inicial	
		Educação Infantil	
		Creche	Pré-Escola
Taubaté	Estadual	0	0
	Municipal	4455	6968
	Privada	2004	2169
	Total	6459	9137

Fonte: Taubaté (2015).

Em 2013, a Educação Infantil se apresentava com 62 unidades próprias de Educação Infantil e cinco conveniadas e o quadro escolar contava com 8.643 alunos, conforme dados do censo 2013. Destes alunos, aproximadamente 4.213 eram atendidos em período integral. Na ocasião, a organização de profissionais da educação para o atendimento da Educação Infantil constava de um coordenador de ensino, seis supervisores de ensino, 62 diretores, 355 professores, 242 berçaristas/recreacionistas, 124 auxiliares de limpeza, 124 auxiliares de alimentação. O Quadro 4 apresenta a quantidade de profissionais lotados na Educação Infantil Municipal no ano de 2013.

**Quadro 4** - Quantidade de profissionais lotados na Educação Infantil Municipal no ano de 2013

<b>Categoria Profissional</b>	<b>Quantidade</b>
Coordenador de Ensino	01
Supervisores de Ensino	06
Diretores	62
Professores	355
Berçaristas/ Recreacionistas.	242
Auxiliares de Limpeza	124
Auxiliares de Alimentação	124

Fonte: Taubaté, 2015

Para a efetivação desta prática educativa de relevante alcance, a Secretaria Municipal da cidade pesquisada priorizou ações estratégicas, as quais focaram questões referentes: normatizações e efetivação dos horários estabelecidos para funcionamento das unidades; organização, inovação e adequação nutricional do cardápio oferecido; sistematização e ampliação das rotinas de higienização, organização e limpeza dos espaços escolares; maior investimento na aquisição de materiais permanentes e de consumo utilizados; adequação, ampliação e reformas estruturais dos espaços físicos; unicidade na estrutura organizacional e pedagógica das unidades, pois as creches atuavam de formas distintas e sem uma sistematização; a promoção da desestabilização de conceitos usualmente utilizados, os quais revestiam a Educação Infantil de uma roupagem assistencialista, efeito este distorcivo para a compreensão de que esta prestação de serviço se caracteriza como direito; aumento da equipe técnica com consequente expansão das vagas ofertadas; e, procedimentos referentes ao incentivo da formação continuada dos profissionais com favorecimento de reflexões sobre a prática educativa em conjunto com a comunidade local e famílias.

Quanto às normatizações e efetivação dos horários estabelecidos para funcionamento das unidades, tem-se que o horário oficial de funcionamento das creches era das 07h00 às 18h00, sendo que o período parcial da manhã correspondia ao horário das 07h30 às 11h30 e o período parcial da tarde condizia com o intervalo das 13h00 às 17h00. O horário referente ao período integral iniciava a partir das 07h15 e finalizava às 17h15, chegando ao horário máximo das 18h00.

Ocorre que estes horários não eram normatizados e, por isso, foi necessário haver uma determinação para seu cumprimento. A flexibilização existente nos horários das escolas infantis até o início do ano de 2013 ocorria conforme prerrogativa de cada unidade escolar. Esta situação afetava tanto o tempo de permanência das crianças no atendimento educacional quanto a participação na rotina escolar com prejuízos ao desenvolvimento das estimulações propostas. Da mesma forma, a frequência na Educação Infantil não era acompanhada sistematicamente e nem se exigida a corresponsabilidade e compromisso da família.

Em se tratando da organização, inovação e adequação nutricional do cardápio oferecido, verificou-se que o mesmo foi revisto por conta de licitações e diversos cardápios foram elaborados. Esta diversidade alimentar obedecia a faixa etária e as situações de intolerância a determinados alimentos, além de ser rigorosamente prescrita por laudos de nutricionistas. Além disso, os gêneros alimentícios eram e ainda são adquiridos por meio da agricultura familiar, contribuindo assim para o enriquecimento nutricional da alimentação escolar.

No que tange à sistematização e ampliação das rotinas de higienização, organização e limpeza dos espaços escolares no ano de 2013, percebeu-se que no município já se contava com a prestação de serviços e insumos por meio de processo licitatório. E, posteriormente, o quadro foi ampliado devido ao aumento da demanda.

Com relação ao maior investimento na aquisição de materiais permanentes e de consumo utilizados, constatou-se que isso foi realizado a contento. Os materiais permanentes foram objeto de investimentos diretos provenientes dos recursos municipais. E, no que se refere aos aspectos relativos aos itens de consumo, como: materiais pedagógicos, de escritório, de limpeza e de higiene, os mesmos também foram contemplados por meio de convênio estabelecido entre a Prefeitura e Organizações sem fins lucrativos.

Quanto à adequação, ampliação e reformas estruturais dos espaços físicos, tais procedimentos foram considerados como medidas emergenciais, pois visavam ampliação da oferta de vagas, bem como adequação da prestação dos serviços direcionados ao público alvo infantil. Diante disso, a Secretaria Municipal de Educação procedeu a ativação de salas de berçários em escolas, que possuíam espaços ociosos, bem como construiu 27 novas salas de berçários nas unidades escolares, em que havia espaços para tal.

Em se tratando da unicidade na estrutura organizacional e pedagógica das unidades, verificou-se que concomitantemente às questões administrativas, outros desafios se apresentavam os quais eram justamente atinentes à estrutura organizacional e pedagógica, pois as creches atuavam de formas distintas e sem uma sistematização. A provável explicação para esta característica organizativa poderia ser a forma como a Rede Municipal, ao longo do tempo, foi se estruturando. Assim, as unidades educacionais infantis foram exercendo a complexa

tarefa de cuidar e educar com delineamentos próprios, o que ocasionou distintos perfis de organização institucional e de atuação administrativa, pedagógica, bem como de estruturas físicas diversas. Neste sentido, repensar a Educação Infantil com a consciência de rede foi a primeira preocupação. Desta forma, percebeu-se a necessidade de implantar diretrizes que regulassem e traçassem uma sistematização do trabalho educacional, pois as unidades traziam ritmos diferenciados em suas práticas.

No que tange à promoção da desestabilização de conceitos usualmente utilizados, os quais revestiam a Educação Infantil de uma roupagem assistencialista, acrescenta-se também mais uma iniciativa da Secretaria Municipal de Educação no período, qual seja a modificação na denominação das instituições de ensino infantis. Se antes eram comumente reconhecidas como *creches*, posteriormente, estas recebem a nomenclatura de *Escolas Municipais de Educação Infantil* (EMEIIs). O Decreto Municipal nº 13.154, datado de 18 de outubro de 2013, o qual atribui esta nova denominação às creches, além de ter como objetivo: a organização dos trabalhos técnicos e administrativos desenvolvidos; alinhar as ações pedagógicas no município; e, contribuir para que as atividades educacionais municipais estejam em consonância com as prerrogativas federais para este segmento da educação; possibilitou também de forma incontestável um caminhar no sentido de mudança de mentalidade e de significado em face da forma de prestação dos serviços educacionais até então ofertados. E isso porque essa alteração na nomenclatura apresenta uma conotação de valorização da Educação Infantil, pois formaliza a concepção educacional da instituição. A mudança do nome *creche* para *EMEI* remete a passagem de uma concepção assistencialista, baseada apenas em cuidados, para uma conotação educacional em que as dimensões *cuidar* e *educar* se apresentam como indissociáveis (TAUBATÉ, 2013).

Ainda com relação à questão da alteração da nomenclatura, cita-se também o empenho por parte dos profissionais da Secretaria de Educação em fazer uso do novo termo, bem como contribuir para que tal nomenclatura fosse interiorizada sempre mais a ponto de se tornar habitual por todos e nos mais diversos ambientes sejam estes educacionais ou não. E, apesar de inicialmente haver certa resistência no uso da nova terminologia, o desafio foi superado e todos os profissionais envolvidos com as unidades escolares, gestores, professores e professores coordenadores, admitiram o quão importante esse uso correto da nomenclatura foi e tem sido um propulsor de reflexões dentro das escolas, nos bairros e junto às famílias (TAUBATÉ, 2013).

Quanto ao aumento da equipe técnica com consequente expansão das vagas ofertadas, constatou-se que o quadro de pessoal apresentava-se reduzido não contemplando o Parecer nº 22/98 datado de 17 de dezembro de 1998, emitido pela Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE), que trata da relação adulto/criança (PARECER

CNE/CEB 22/1998, 1998). Esta redução de profissionais se repercutia também sensivelmente na área administrativa das unidades, uma vez que as creches não contavam com nenhum funcionário que se responsabilizasse pelas demandas das secretarias das creches. Tais serviços administrativos básicos, como: atendimento de telefone e o portão eram revezados entre os professores e diretor da unidade escolar.

Diante destas realidades, a Secretaria Municipal de Educação do município optou por realizar um Chamamento Público para celebração de parcerias com algumas Entidades sem fins lucrativos para que pudessem dar suporte ao atendimento educacional. Com a celebração desses convênios foi possível contar com um número adequado de Auxiliares de desenvolvimento infantil - ADI, bem como inserir no quadro funcional os profissionais denominados de Auxiliares Técnicos Administrativos - ATA, o que contribuiu para resolução do problema referente ao quadro de pessoal.

Em se tratando dos procedimentos referentes ao incentivo da formação continuada dos profissionais com favorecimento de reflexões sobre a prática educativa em conjunto com a comunidade local e famílias, verificou-se também mais um posicionamento neste sentido. A busca por uma educação de qualidade demanda ações efetivas por parte da equipe gestora e, por isso, o quadro técnico de supervisores da Secretaria Municipal de Educação iniciou uma agenda com reuniões semanais de estudos, tendo como referência o documento dirigido às Secretarias Municipais, proposto pelo Ministério da Educação.

O Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação - PRADIME, proposto pelo Ministério da Educação, apresenta uma publicação que sugere que as Secretarias Municipais atuem de acordo com os quatro fundamentos da gestão educacional. Esses quatro fundamentos estão comprometidos com a construção de uma educação de qualidade e foram formulados e inspirados nos resultados da pesquisa Redes de Aprendizagem (BRASIL, 2008). E a realização desta pesquisa contou com a participação da UNICEF, INEP, MEC e UNDIME, a qual foi apresentada no documento intitulado Redes de Aprendizagem: boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender (UNICEF, 2008).

Os principais fundamentos propostos pelo MEC são três: primeiro, o compromisso ético dos profissionais da educação; segundo, foco na aprendizagem, no sentido e nas práticas com consciência de rede; e terceiro, ênfase no valor social da educação. Desta forma, a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, responsável pela Educação Infantil do município, analisou os desafios que se apresentavam na perspectiva destes fundamentos para a construção da qualidade e algumas ações foram implantadas. O Quadro 5 apresenta um resumo esquemático das ideias que foram formuladas pela equipe técnica, após as reuniões de debates reflexivos sobre as práticas das Escolas Infantís da Rede Municipal.

**Quadro 5 - Síntese dos quatro fundamentos referentes à qualidade na educação**

Fundamentos	Competência necessária	Quando acontece	Como acontece	Atitude da equipe
1º Compromisso ético dos profissionais da educação.	Autoconceito.	No compromisso e responsabilidade com os alunos.	Demonstrando reconhecimento pelo resultado alcançado.	Forma como a equipe se percebe e como atua.
2º Foco na aprendizagem.	Senso de competência.	Na integração, quando todos têm metas em comum.	Avaliando os resultados e dando sentido aos esforços.	Valorização da aprendizagem enquanto razão e meta. Forma como orienta para conquista de metas e resultados.
3º Sentido e práticas com consciência de rede.	Senso de pertença.	Nos resultados vistos como sendo de todos.	Apresentando propósitos comuns.	Compartilhamento, responsabilidade e aprendizagem. Forma como conduz e define a unidade escolar como parte de um todo.
<b>4º Valor social da educação</b>	Segurança	Na constatação de resultados.	Promovendo reconhecimento da educação pela comunidade.	Apresentação dos resultados obtidos. Forma com que a gestão apresenta os resultados.

Fonte: Dados da pesquisa.

Desta forma, percebeu-se então que houve um investimento na construção da qualidade da Educação Infantil, por meio de uma ação supervisionada e participativa. Um cronograma com reuniões semanais da supervisão foi elaborado para ampliar a possibilidade de comunicação entre os pares na busca pelo envolvimento coletivo e respostas para os problemas cotidianos. A instituição deste espaço permitiu a realização de debates, de reflexões e de estudos relativos às intervenções necessárias na rede, bem como planejamento das ações que deveriam ser implementadas para a busca da qualidade.

Os resultados destes momentos reflexivos evidenciaram o quanto é desafiante a compreensão das instituições infantis como espaço educacional, que visa o desenvolvimento integral da criança, o direito de vivenciar rotinas saudáveis e realizar atividades estimulantes em meio a um ambiente acolhedor e organizado. Para tanto, o instrumento de autoavaliação INDIQUE foi o norteador da construção deste processo pautado na busca pela qualidade.

Ainda na direção desta busca pela qualidade na Educação Infantil do município pesquisado, algumas intervenções foram planejadas e direcionadas para a execução por parte dos supervisores de forma que assumissem o papel de orientadores dos estudos e também de responsáveis pela implantação de novas ações junto à equipe gestora da Educação Infantil no ano de 2013 e após, junto aos professores coordenadores. Professor coordenador se refere a um novo cargo instituído no ano de 2014, destinado a compor a equipe de trabalho da Educação Infantil no município pesquisado.

Os professores da Rede Municipal contribuíram eficazmente para a efetivação dessas novas ações, ou seja, para a concretização das ideias formuladas pela equipe técnica, após os debates reflexivos sobre as práticas das Escolas Infantis. Estas boas práticas, identificadas pela equipe de supervisão e de direção, foram de tal forma acatadas e defendidas por todos os professores que sua disseminação

norteou, rapidamente, todas as intervenções seguintes.

Estas novas ações propostas pela Secretaria Municipal de Educação se pautaram nos conceitos e compreensões sobre a qualidade na educação, as quais se apresentavam fundamentadas nas sete dimensões sinalizadas e propostas pelo INDIQUE, quais sejam: planejamento institucional; multiplicidade de experiências e linguagens; interações; promoção da saúde; espaços, materiais e mobiliários; formação e condições de trabalho dos professores e demais profissionais; cooperação e troca com as famílias; e participação na Rede de Proteção Social.

Diante do que foi proposto pelo INDIQUE, o município pesquisado viabilizou, em seu território de abrangência, as seguintes ações contributivas para a construção e efetivação da qualidade na prestação deste serviço: ações de acolhimento e interações com a família, denominada *Família na escola*; ações de avaliação diagnóstica e de análise de resultados de desenvolvimento, por meio do preenchimento dos instrumentais intitulados: *Ficha de acompanhamento* e *Avaliação interna*; ações de promoção da saúde e da afetividade designada como *Criança segura*; ações de estruturação e de organização dos espaços nominada de *Cantinhos*; e ações de organização de conteúdos e tempo, ações estas efetivadas através da instituição de cinco procedimentos: primeiro, criação de um *Currículo Geral*, segundo: elaboração de outro *Currículo*, porém este *integral* com proposta de organização das atividades em rede, terceiro, da medição da *Frequência na Educação Infantil*, quarto do estabelecimento de um Núcleo de estudo dos berçários, e quinto da Elaboração de material didático para estudos e reciclagem profissional.

No Quadro 6 é apresentada uma síntese das sete dimensões com suas respectivas propostas concretas de efetivação das ações municipais, com vistas ao alcance da qualidade na Educação Infantil.

**Quadro 6** - Síntese das dimensões e ações propostas pelo município estudado referente à busca pela qualidade na Educação Infantil

Dimensões	Ações
Planejamento Institucional	Projeto Político Pedagógico/ Currículos
Multiplicidade de experiências e linguagens	Aprendizagens
Interações	Cantinhos
Promoção da saúde	Criança segura; Alimentação saudável; Alimentação escolar
Espaços, materiais e mobiliários.	Construções; Revitalizações; Cantinhos; e Reorganização dos horários
Formação e condição de trabalho dos professores e demais profissionais	Professores coordenadores; Horário de Trabalho; Pedagógico Coletivo; e Polos
Participação na Rede de Proteção Social	Enfoque na interdisciplinaridade da prestação do serviço

Fonte: Dados da pesquisa.

#### 4 Conclusão

Conclui-se que o estudo em questão contribuiu para demonstrar um pouco a realidade vivenciada por uma cidade localizada no Vale do Paraíba Paulista quanto a sua experiência vivenciada no alcance da qualidade na Educação Pública Infantil.

Verificou-se, portanto, que a qualidade na educação poderá se estabelecer em âmbito nacional, por meio de Políticas Educacionais Municipais, ou seja, em cada Rede Municipal ou Sistema de Ensino que, ao se fortalecer, desenvolverá a educação como um todo.

Por fim, foi justamente com a intenção de fomentar a busca pela qualidade na educação que a Secretaria Municipal de Educação da cidade pesquisada propôs aos profissionais da Educação Infantil a reflexão sobre as práticas educacionais e a implementação de ações que visassem um ambiente educacional promissor para as aprendizagens e desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos de idade. Estas ações culminaram com a aplicação da autoavaliação proposta pelo MEC, o INDIQUE.

#### Referências

ANDRADE, A.C.A.; ABREU, M.M. História de Taubaté através de textos. Série Taubateana número 17, Taubaté: Prefeitura

Municipal de Taubaté, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. PRADIME: Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais da Educação. Memorial da Gestão da Educação Municipal: Construindo uma Transição Republicana no Brasil, Brasília, DF: MEC, SEB, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. PARECER CNE/CEB 22/1998. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB 22/1998, de 17 de dezembro de 1998. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Brasília, DF, 1998.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Escolar do Estado de São Paulo 2013. Disponível em: <<http://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/inep/educacao-basica.html>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

MORESI, E. *Metodologia da pesquisa*. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2003.

POPP, B. *Qualidade da Educação Infantil: é possível medi-la?* São Paulo: USP, 2015.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Bananal, SP: Emplasa, 2012. Disponível em <[http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/conselhos/ValeParaiba/textos/livro\\_vale.pdf](http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/conselhos/ValeParaiba/textos/livro_vale.pdf)>. Acesso em: 29 dez. 2017.

SILVA, E.L.; MENEZES, E.M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: UFSC, 2005.

TAUBATÉ. Prefeitura Municipal. Lei Complementar 180, de 21 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal e dá outras providências, Taubaté, SP, 2007.

TAUBATÉ. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação. Decreto Municipal 13.154, de 18 de outubro de 2013. Dispõe sobre a alteração de denominação das Unidades Municipais de Educação Infantil, Taubaté, SP, 2013.

TAUBATÉ. Plano Municipal de Educação 2015-2025. Taubaté: Secretaria Municipal de Educação, 2015. 318 p.

TAUBATÉ. Prefeitura Municipal. Lei Complementar 392, de 15 de julho de 2016. Institui o Plano Municipal de Educação e dá outras providências, Taubaté, SP, 2016.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. Coordenação UNICEF. *Redes de Aprendizagem: boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender*. Brasília: UNICEF, 2008.

ZABALZA, M.A. *Qualidade em Educação Infantil*. Porto Alegre: Artmed, 1998.